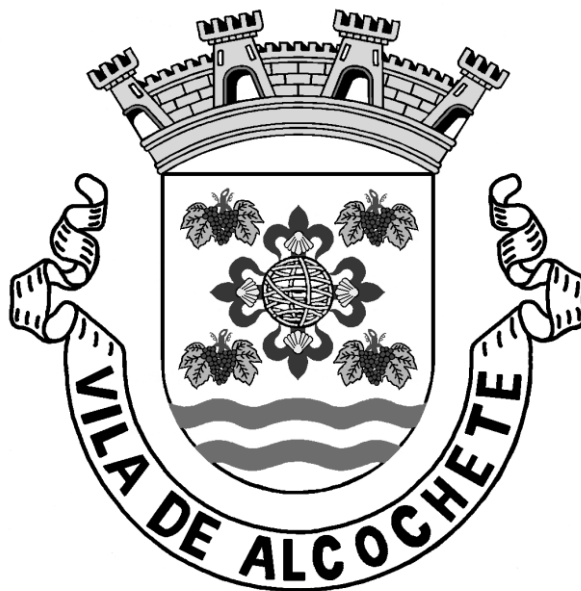




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 16

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 11 DE SETEMBRO DE 2024

ÍNDICE

– PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	8
C. ORDEM DO DIA	10
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	10
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	11
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	11
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	12
4.1. PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A <i>LAB OF CODES</i>	12
4.2. APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA 1ª FASE DA REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL 11 DO PASSIL.....	14
4.3. 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2024	15
4.4. 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR's) DE 2024	20
4.5. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS REFEITÓRIOS ESCOLARES E MUNICIPAL, DURANTE O ANO DE 2025” – ENCARGOS PLURIANUAIS	21
4.6. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O MUNDO INSEPARÁVEL ASSOCIAÇÃO	22
4.7. ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR ANO LETIVO 2024/2025.....	23
5. APOIOS FINANCEIROS	25
6. INFORMAÇÕES	25
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	29
ENCERRAMENTO	29

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presente a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram por motivo considerado justificado, a senhora vereadora Ana Sofia Madeira Maduro e o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

– PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente apresentou o seguinte Voto de Pesar:

- Pelo falecimento dos militares da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro

«No passado dia 30 de agosto, Portugal perdeu cinco homens bons.

Tragicamente, no decurso da atividade que superiormente desempenhavam na proteção e socorro de vidas e bens, cinco militares da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana perderam a vida na sequência da queda da aeronave onde seguiam, no rio Douro, em Lamego.

Portugal ficou de luto.

O Município de Alcochete não ficou alheio a esta tragédia e através deste Voto de Pesar expressa as mais sentidas condolências às famílias enlutadas do Cabo António Jorge Teixeira Pinto, do Guarda-Principal Pedro Manuel de Jesus Santos, do Guarda-Principal Daniel Filipe Monteiro Pereira, do Guarda Tiago Gonçalves Pereira e do Guarda Fábio Gil Salvador Pereira.

Apresentamos, também, condolências à Guarda Nacional Republicana e em particular à Unidade de Emergência de Proteção e Socorro.

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal de Alcochete, reunida a 11 setembro de 2024, delibere:

- a. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento dos cinco militares da Guarda Nacional Republicana, respeitando um minuto de silêncio em sua memória;
- b. Que o presente Voto de Pesar seja enviado ao Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, a quem solicitamos que o faça chegar às respetivas famílias e à Unidade de Emergência de Proteção e Socorro.»

Submetido à discussão e votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro, por ainda não se encontrar presente no salão.

Continuamente apresentou a seguinte Saudação:

- Festas do Barrete Verde e das Salinas

4

«Entre os dias 9 e 15 de agosto, Alcochete voltou a viver os dias maiores do ano!

As Festas do Barrete Verde e das Salinas, as maiores festas do nosso concelho e para muitos de nós “as melhores festas do mundo” voltaram a dar cor e alegria às nossas ruas.

Na verdade, as ruas da nossa vila transformam-se para orgulhosamente festejar a nossa cultura e as nossas tradições. A par da diversão e da alegria, estas festas exaltam de forma ímpar a cultura alcochetana, a ligação histórica ao rio, às marinhas de sal, à lezíria, aos toiros e aos cavalos.

São dias de celebração, com o regresso sempre aguardado dos alcochetanos espalhados pelo mundo, são dias e noites de convívio onde os forasteiros se sentem em casa e as diversas gerações podem conhecer e valorizar os nossos usos e costumes, conhecer e respeitar figuras singulares da nossa comunidade, em particular o salineiro, o forçado e o campino.

Por tudo isto, saudamos a direção do Aposento do Barrete Verde e todas as mulheres e homens que arduamente trabalharam e deram o seu melhor para tornar possível mais uma edição das nossas festas.

Congratulamo-nos hoje pelo êxito alcançado e, sobretudo, pela forma alegre e sem incidentes como as festas decorreram. Importa lembrar que nada acontece sem o trabalho e a dedicação de quem abnegadamente dá de si e do seu tempo para nos proporcionar estes momentos de confraternização.

Saudamos também o Aposento do Barrete Verde e os seus órgãos sociais pelo seu octogésimo aniversário, esperando que continuem firmes na defesa da nossa cultura.

Agradecemos a colaboração da Junta de Freguesia de Alcochete, da Guarda Nacional Republicana, dos Bombeiros Voluntários de Alcochete e restantes corporações que connosco colaboraram.

No capítulo dos agradecimentos, é da mais elementar justiça destacar o esforço e o trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal, que, antes, durante e após, são essenciais para o sucesso destas festas.

A todos, sem exceção, o nosso reconhecimento e gratidão.

Vivam as Festas do Barrete Verde e das Salinas!
Viva Alcochete!»

Continuou informando que está a decorrer em bom ritmo, um trabalho profícuo, para toda a Península de Setúbal, desenvolvido por todos os municípios que nela se inserem e com

particular destaque para as autarquias do Barreiro e de Palmela para a criação dos Estatutos da CIM (Comunidade Intermunicipal) da Península de Setúbal.

Sublinhou que será um trabalho muito vantajoso no que diz respeito aos fundos comunitários, onde se pode ter uma abrangência diferenciadora, comparativamente ao que acontece na AML (Área Metropolitana de Lisboa), os municípios serão mais beneficiados, porque ocupam um território, embora integrado na AML, está distante do que é a circunferência da capital de Portugal.

O senhor vereador Jorge Giro questionou sobre uma despesa, cuja data de publicação remonta a 30 de agosto de 2024 e que se prende com a aquisição de serviços de aluguer de equipamentos para evento, correspondendo ao valor de €6.350,00, com prazo de execução de 130 dias.

Também solicitou que fosse esclarecido sobre uma despesa de 27 de agosto de 2024, relacionada com um concurso público, cujo objeto de contrato incide com a aplicação de herbicidas e deservagem em Alcochete, apontando um valor de €11.258,53. Na mesma data existe outro concurso público para o mesmo serviço, adjudicado a outra empresa no valor de €139.229,84, tendo questionado qual a razão para existirem dois concursos públicos para o mesmo serviço.

Aludiu que a 20 de agosto de 2024 existe um concurso público relacionado com a aquisição de serviços para elaboração de projetos de execução para a construção de edifício de serviços camarários no cemitério, Lote 1 e requalificação da praça Padre Cruz, Lote 2, existindo na mesma data outro concurso público para a mesma descrição no valor de €24.000,00.

Prosseguiu indicando que no dia 7 de agosto de 2024 há uma adjudicação sobre a aquisição de serviços de recolha e transporte de areias no valor de €13.950,00.

No dia 31 de julho de 2024 registou-se um ajuste direto para uma empreitada de obra pública de execução de pavimento de epóxi nos balneários da Piscina Municipal de Alcochete, interrogando qual o motivo, visto recentemente terem sido gastos cerca de €500.000,00 neste equipamento.

Asseverou que é público que a Câmara Municipal do Montijo iniciou as obras de requalificação da sua piscina municipal, tendo este ano a Câmara Municipal de Alcochete celebrado um Protocolo com a sua homónima do Montijo, permitindo aos utentes do concelho vizinho utilizarem as piscinas de Alcochete.

Perguntou em que moldes irá decorrer a utilização por parte dos utentes do Montijo, sabendo que neste momento existem listas de espera para os utentes de Alcochete.

O senhor presidente sobre a questão apresentada pelo senhor vereador Jorge Giro acerca do pavimento dos balneários da Piscina Municipal de Alcochete, referiu que existem dois pontos distintos, em que um tem a ver com uma candidatura que a autarquia concorreu e que foi beneficiada numa obra que ultrapassou os €500.000,00, estando especificamente ligada a assuntos de eficiência energética, onde a questão do piso não estava integrada.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares, por solicitação do senhor presidente, esclareceu que existiu a necessidade de requalificar o chão dos balneários da piscina, devido ao aparecimento de umas lagartas provenientes do subsolo.

Sobre o Protocolo celebrado com a Câmara Municipal do Montijo, lembrou que o mesmo foi aprovado em reunião de câmara e que está vigente durante o período de 2 anos.

Explicou que a ocupação feita pelos utentes do Montijo em nada prejudica os tempos praticados pelo Município de Alcochete. Os horários cedidos à Câmara Municipal do Montijo, são tempos “mortos”, elucidando que para a Câmara Municipal de Alcochete poder ter a piscina em funcionamento nestes horários, teria de ter mais técnicos, algo que neste momento não é possível.

Lembrou que desde sempre existiram listas de espera para a utilização da piscina, um equipamento que em bom rigor é considerado um tanque, a qual não dá vazão a todos os munícipes interessados, reiterando que o Protocolo celebrado com a Câmara Municipal do Montijo não prejudica em nada os utentes de Alcochete.

Por solicitação do senhor presidente, o senhor vereador Pedro Lavrado esclareceu que a aquisição de serviços de recolha e transporte de areias prende-se com os serviços efetuados

após as festas do Barrete Verde e das Salinas, á semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

O senhor presidente sobre a aquisição de serviços para elaboração de projetos explanou que se está a trabalhar na reabilitação da praça Padre Cruz, tendo sido realizado um desenho prévio por parte dos técnicos da autarquia, referindo que como é do domínio público o município não desenvolve projetos de arquitetura e especialidade, cujos quais terão de ser contratados externamente.

Sobre a questão relacionada com o cemitério, informou que a obra tem como objetivo o melhoramento das condições de quem trabalha naquele local, sejam os serviços operacionais, ou sejam os serviços administrativos.

Acerca do facto de existirem duas adjudicações para o mesmo serviço, solicitou que a senhora Dr.^a Cláudia Santos, chefe da Divisão de Administração e de Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Alcochete pudesse esclarecer os presentes, a qual prestou as devidas explicações.

Em relação aos serviços de aluguer de equipamentos para evento, informou que embora não tivesse na sua posse a documentação necessária para transmitir uma resposta precisa, julga que estes serviços estão relacionados com a preparação da quadra natalícia.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Registou-se a intervenção de:

- Senhor Rui Franco;

Residente na rua das Goiabas, expôs, a par de várias comunicações para a Carris Metropolitana, com conhecimento do senhor vereador Pedro Lavrado, que a carreira urbana 4001 que serve Alcochete, apresenta algumas deficiências, tais como o horário disponibilizado pela empresa de transportes no seu *website* e que o mesmo contém erros sobre os locais de paragem dessa carreira.

No seu entendimento, julga que o início e término da referida carreira está mal colocado, sendo que o local junto à escola do Monte Novo quebra o percurso, além de não ter espaço para o autocarro estar parado, causando constrangimentos ao trânsito. Sugeriu que o início e término da carreira fosse transferido para a zona do hipermercado Pingo Doce.

Solicitou que fosse colocado um foco de luz na passadeira localizada na rua dos Damascos, junto à rotunda da BP.

Felicitou o Executivo pelo método usado na deservagem, um químico biológico, o qual observou ser eficaz.

– Senhor Francisco Rodrigues;

Residente na rua da Várzea, partilhou que existe uma vala a céu aberto, que serve de passagem de águas pluviais provenientes da zona do “Freeport”, as quais passam por baixo da rua da Tacôa até à rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco, verificando-se que a vala está coberta de ervas, com palmeiras a nascer e com alguns detritos, referindo que a falta de limpeza provoca cheias na zona, atraindo ratos, baratas e muitos mosquitos, situação que prevalece há mais de 1 ano e que por sua parte é um assunto que foi objeto de vários contatos com os serviços da autarquia, porém ainda não foi encontrada nenhuma solução.

Seguidamente comunicou que existe um parque de estacionamento entre a avenida Maria Lamas e a rua Ary dos Santos onde é impossível deixar a viatura estacionada devido à quantidade de folhas e resina que cai das árvores.

O senhor presidente agradeceu a participação dos munícipes, aludindo que sobre a situação da carreira da Carris Metropolitana, os 18 municípios da AML estão a fazer um esforço do ponto de vista financeiro para que as populações pudessem usufruir de uma oferta de um transporte público que se pretende ser de grande qualidade.

O senhor vereador Pedro Lavrado, por solicitação do senhor presidente, fez saber que irá averiguar a questão da passadeira, a qual foi recentemente alvo de intervenção.

Sobre a carreira 4001, partilhou que tem conhecimento que a TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) está a trabalhar nas alterações desta carreira, cujo assunto já foi

abordado na sessão de esclarecimento, realizada a 31 de julho de 2024, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Alcochete.

Sobre a situação da paragem no Monte Novo, informou que é uma questão que já está referenciada há algum tempo. É uma paragem que não é eficiente e que o município já tinha solicitado à TML, que a mesma fosse transferida para junto do “Freeport”, adiantando que na sessão de esclarecimento de 31 de julho sugeriu-se que essa carreira se estendesse até à zona do Entroncamento, a qual foi considerada bastante pertinente, espera que estas alterações possam ser introduzidas o mais breve possível.

Acerca da limpeza da vala, elucidou que o corte da vegetação foi realizado há muito menos de 1 ano, porém tinha a informação que as paletes já haveriam ter sido retiradas, mas que efetivamente não foi ao local confirmar. Afirmou que irá tomar as medidas necessárias para que o trabalho fique concluído.

Em relação às árvores presentes no estacionamento referido pelo senhor Francisco Rodrigues, considerou ser algo difícil de resolver, porque a única solução seria o abate das árvores.

O senhor Francisco Rodrigues asseverou que o que aconteceu na vala foi apenas uma “operação de cosmética”. A vegetação cortada encontrava-se na parte superior da vala, deixando para trás o que realmente impedia o escoamento das águas.

O senhor presidente reiterou os agradecimentos ao munícipe pela sua presença, com o compromisso do senhor vereador Pedro Lavrado aferir a questão e encontrar as soluções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €3.595.988,84 (três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 07/08/2024 e 18/08/2024, autorizou o pagamento da despesa, no montante €1.283.649,78 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e nove euros e setenta e oito cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3289 ao n.º 3428.

E que entre os dias 19/08/2024 e 30/08/2024 a senhora vice-presidente, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €579.865,64 (quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3429 ao n.º 3589.

Mais informou que entre os dias 31/08/2024 e 10/09/2024 autorizou o pagamento da despesa, no montante de €862.836,11 (oitocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis euros e onze cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3590 ao n.º 3665.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 22 de maio de 2024

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ata da reunião ordinária realizada em 07 de junho de 2024

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Pedro Lavrado por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Protocolo entre o Município de Alcochete e a Lab of Codes

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A Câmara Municipal de Alcochete, no âmbito das atribuições previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL) nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ff), tem como competência “(...) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;”

Considerando que:

A *Lab of Codes Portugal* é uma *spin-off* do grupo internacional *Lab of Codes*, que atua na área da consultoria, da inovação e de soluções tecnológicas, através do desenvolvimento e manutenção de soluções digitais e da automatização e engenharia de dados;

Desenvolve gestão estratégica para a transformação digital e a inovação corporativa e, ainda, gestão processos e melhoria contínua, através de soluções baseadas em dados;

Promove ainda a conceção, validação e desenvolvimento de produtos digitais;

O Projeto Incubadora Alcochete UP, promovido pelo Município de Alcochete, propõe-se a desenvolver dinâmicas que promovam e captem investimentos, empresas e empreendedores para o concelho de Alcochete que estimulem a criatividade, a inovação e sinergias entre os agentes económicos locais;

Este projeto constitui-se como uma iniciativa de apoio a novas empresas proporcionando-lhes condições técnicas facilitadoras da sua instalação no concelho, com o objetivo de modernizar, diversificar e ampliar o tecido empresarial e proporcionar a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados;

O projeto visa contribuir para o fomento de iniciativas empresariais inovadoras ou o desenvolvimento de produtos inovadores, através da cedência de espaços municipais existentes no sentido de apoiar as empresas na sua fase inicial;

Este projeto não tem objetivos financeiros, mas sim, de desenvolvimento económico concelhio, apoio aos jovens e às empresas, bem como a promoção do empreendedorismo e da iniciativa económica;

O município reconhece a importância da cooperação com a *Lab of Codes* para a viabilização dos seus objetivos no âmbito da Incubadora Alcochete UP;

A centralidade da dinamização, aprofundamento, disseminação e transferência do conhecimento à Sociedade;

Este Protocolo surge do comum interesse de ambas as entidades na cooperação mútua com o objetivo de promover o desenvolvimento económico municipal;

Desse documento não resultam quaisquer obrigações financeiras para ambas as partes.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a celebração deste Protocolo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 1**.

4.2. Aprovação do Projeto de execução da 1ª fase da requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. O Projeto de Execução para a 1.ª Fase da Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil, (disponível em formato digital em: V:\DAT\Projetos execução Passil\Campo futebol 11\2024_09_03\FASE 1) foi entregue pela equipa projetista e respeita o estabelecido no artigo 43.º do CCP, reunindo condições para a sua aprovação;
2. A estimativa orçamental apresentada para a empreitada é de €1.045.715,97 (um milhão, quarenta e cinco mil, setecentos e quinze euros e noventa e sete cêntimos), acrescidos de IVA à taxa em vigor.

Propõe-se:

Que, nos termos e para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere aprovar o Projeto de Execução da 1.ª Fase da Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil, a respetiva estimativa orçamental no valor de €1.045.715,97 e o prazo de 9 meses para a realização da empreitada.»

Por solicitação do senhor presidente, o senhor arquiteto Sérgio Ferreira, técnico superior da Divisão de Administração do Território da Câmara Municipal de Alcochete apresentou o projeto.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3. 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para 2024, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, - tendo em consideração a responsabilidade pelo dimensionamento e pelos desafios que emergem do contexto envolvente da autarquia.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências necessárias para que a ação global da autarquia seja eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, procurando criar, as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Desta forma a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal - tendo em consideração o último Mapa de Pessoal, aprovado em reunião de câmara de 27/03/2024 e sessão da Assembleia Municipal de 23/04/2024 - reflete para além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias.

De acrescentar que, sem prejuízo das inúmeras ocorrências que se verificaram desde a aprovação da última versão do Mapa de Pessoal, e que a seguir se identificam, regista-se, em termos concretos e no cômputo geral, a redução efetiva de dois postos de trabalho.

Assim, considerando as movimentações dos últimos meses e as necessidades identificadas, verificaram-se as seguintes ocorrências:

1. Vacatura definitiva de 5 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por aposentação, nomeadamente:
 - a. 1 Assistente técnico, área administrativa da Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR);
 - b. 1 Assistente operacional, área refeitório escolares, da Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS);

- c. 1 Assistente operacional, área de apoio a eventos da Divisão de Infraestruturas, Logística e Transportes (DILT);
 - d. 2 Assistentes operacionais, área de condução de viaturas da Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes (DAHUEV).
- 2. Vacatura definitiva de 2 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por denuncia de contrato, nomeadamente 2 assistentes operacionais, área de refeitório escolar da DEIS;
- 3. Vacatura definitiva de 2 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por falecimento dos trabalhadores, nomeadamente:
 - a. 1 Assistente operacional, área de higiene urbana da DAHUEV;
 - b. 1 Assistente operacional, área transferência de competências da educação da DEIS;
- 4. Vacatura definitiva de 2 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por consolidação de mobilidades na categoria, nomeadamente:
 - a. 1 Técnico superior, na área de económico-financeira/fundos estruturais da DAGR;
 - b. 1 Assistente operacional, área de canil/CROAA do Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública (GASSP);
- 5. Vacatura definitiva de 1 posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira especial de informática, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, por denúncia de contrato.
- 6. Vacatura provisória de 6 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por saída dos trabalhadores em mobilidade para outro organismo, nomeadamente:
 - a. 1 Técnico superior, área de urbanismo, no Gabinete de Inovação, Desenvolvimento Económico e Turismo (GIDET);

- b. 1 Assistente operacional, área de condução de viaturas da DAHUEV;
 - c. 1 Assistente operacional, área administrativa da Divisão de Cultura, desporto e Juventude (DCDJ);
 - d. 1 Assistente operacional, área de canil/CROAA do GASSP;
 - e. 1 Assistente operacional, área administrativa da DCDJ.
7. 1 Assistente operacional, área refeitório escolar da DEIS.
8. Vacatura provisória de 1 posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, na carreira de assistente técnico, área administrativa no Gabinete de Apoio à Vereação (GAV), para ocupação de um posto de trabalho de técnico superior, na área de línguas e literaturas na DCDJ.
9. Vacatura provisória de 3 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por saída dos trabalhadores em licença sem remuneração, nomeadamente:
- a. 1 Assistente técnico, área administrativa da DILT;
 - b. 1 Assistente técnico, área administrativa da DEIS;
 - c. 1 Assistente operacional, área educação da DEIS;
10. Vacatura de 3 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato de trabalho a termo incerto.
11. Anulação de 5 postos de trabalho, por determinação da atual Lei de execução orçamental, que não prevê o provimento de postos de trabalho vagos, decorrentes da consolidação de mobilidades intercarreiras, nomeadamente:
- a. 2 Assistentes técnicos, área administrativa, da DAGR, por integração na carreira de técnico superior;
 - b. 1 Assistente operacional, área canil/CROAA, do GASSP, por integração na carreira de assistente técnico;
 - c. 1 Assistente operacional, área educação, da DEIS, por integração na carreira de assistente técnico;

- d. 1 Assistente operacional, área comunicação social, do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), por integração na carreira de assistente técnico;

12. Criação de 4 novos postos de trabalho, nomeadamente:

- a. 1 Técnico superior, área de engenharia do ambiente, da DAHUEV;
- b. 2 Técnicos superiores, área de ação social, da DEIS;
- c. 1 Assistente técnico, área administrativa da DCDJ;

13. Transição de um posto de trabalho vago da carreira de técnico superior, área de turismo, para apoio técnico ao Gabinete da Presidência (GP);

14. Ocupação de 12 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nomeadamente:

- a. 1 Assistente técnico, área administrativa da DCDJ;
- b. 1 Assistente operacional, área de limpeza de edifícios da DAHUEV;
- c. 1 Assistente operacional, área de higiene urbana da DAHUEV;
- d. 1 Assistente operacional, área de recolha de resíduos da DAHUEV;
- e. 2 Assistentes operacionais, área de refeitórios escolares da DEIS;
- f. 1 Assistente operacional, área de transportes da DILT;
- g. 1 Assistente operacional, área de águas e saneamento da DILT;
- h. 2 Assistentes operacionais, área de pintura da Divisão de Obras e Manutenção de Equipamentos (DOME);
- i. 2 Assistentes operacionais, área de canil/CROAA do GASSP.

15. Ocupação de 4 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato de trabalho a termo incerto, na carreira de assistente operacional, área de educação da DEIS;

16. Reaffectação de 12 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nomeadamente:

- a. 1 Assistente operacional área do refeitório municipal da DAGR, para a DEIS – área de refeitório escolar;
- b. 3 Assistentes operacionais área da varredura da DAHUEV, mantêm-se na mesma divisão – área de recolha de resíduos;
- c. 1 Assistente operacional área da recolha de resíduos da DAHUEV, mantêm-se na mesma divisão – área da varredura;
- d. 1 Assistente operacional área da varredura da DAHUEV, mantêm-se na mesma divisão – área limpeza de edifícios;
- e. 1 Assistente operacional área de cemitério da DAHUEV, mantêm-se na mesma divisão – área da varredura;
- f. 1 Assistente técnico área do fórum cultural da DCDJ, mantêm-se na mesma divisão – área do museu;
- g. 1 Assistente técnico área administrativa da DILT, para a DCDJ área do fórum cultural;
- h. 1 Assistente técnico área da logística e transportes da DILT, para a GIDET – área do turismo;
- i. 1 Assistente operacional área de manutenção de equipamentos da DOME, para a DAHUEV – área de espaços verdes;
- j. 1 Assistente técnico da área administrativa da DOME, para a DAHUEV – área administrativa.

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a. Aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal para 2024, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5, do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;
- b. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetido à discussão e votação a câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

«Voto pela abstenção, porque a gestão do Mapa de Pessoal tem o cunho próprio de quem gere os destinos da autarquia. Se fosse a CDU que tivesse a maioria, algumas opções seriam diferentes.»

4.4. 3.^a Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2024

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1. A terceira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €72.233,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor;
2. A terceira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €72.233,00, registando um saldo positivo no mesmo valor;
3. A terceira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €25.000,00, que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos;
4. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta um saldo de €25.000,00.

Assim proponho:

1. A aprovação à terceira revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2024, é a seguinte;
 - A terceira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €72.233,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor.

- A terceira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €72.233,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor;
- A terceira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €25.000,00, que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos;

2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.5. Procedimento de Concurso Público para “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o ano de 2025” – Encargos Plurianuais

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a decorrer no ano de 2025;
2. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Ano Económico de 2025 referente à “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o ano de 2025”, no valor estimado de €910.000,00 (novecentos e dez mil euros) acrescido do IVA.»

Submetida à discussão a senhora vereadora acrescentou que é com grande orgulho que esta proposta é apresentada, referindo que a Autarquia de Alcochete é a única da AML que tem administração direta nos seus refeitórios. Todas as refeições escolares são confeccionadas nos próprios refeitórios.

O senhor presidente referiu que a mesma situação está presente no refeitório municipal onde o mesmo é gerido de forma direta.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.6. Celebração de Contrato Programa com o Mundo Inseparável Associação

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2024, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), à Mundo Inseparável Associação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 2**.

4.7. Atribuição de Ação Social Escolar Ano Letivo 2024/2025

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A Ação Social Escolar (ASE) compreende um conjunto de medidas de apoio aos alunos e suas famílias destinado a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso

escolar, como decorre do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovado pela Lei 46/86 de 14 de outubro.

A Ação Social Escolar assume uma particular importância para o Município de Alcochete, procurando a equidade educativa e o desenvolvimento de uma escola inclusiva ao permitir o acesso à educação de todas as crianças e jovens independentemente das suas condições socioeconómicas ou de outras diferenças.

As condições de apoio são definidas por ano letivo, com base no despacho que é publicado anualmente pelo Ministério da Educação e de acordo com o Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alcochete, o qual estabelece e uniformiza os critérios, as condições de acesso e de atribuição dos apoios municipais no âmbito da Ação Social Escolar, promovendo a igualdade e a equidade de oportunidades no acesso escolar, medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social, prevenindo o insucesso e o abandono escolar e articulando as políticas sociais com as políticas de apoio à família.

Compete à Câmara Municipal "deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente, no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes" alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de julho e do Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho regula as condições de aplicação das medidas de Ação Social Escolar.

O Decreto-Lei. n.º 55/2009, de 2 de março, que consagra o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos nos artigos 27.º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, define no artigo 12.º a modalidade de apoios: apoios alimentares, transportes escolares e os auxílios económicos; e no artigo 10.º os critérios e regras para a sua atribuição.

As medidas de Ação Social Escolar são determinadas em função da condição socioeconómica dos alunos e dos seus agregados familiares, que se traduz no respetivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio, de acordo com a legislação em vigor. Aos diferentes escalões de apoio corresponde o acesso a diferentes benefícios, níveis de benefício ou ainda diferentes graus de comparticipação pelos benefícios recebidos.

Considerando que:

- a análise dos requerimentos de ASE é efetuada pelos serviços técnicos, cumprindo os procedimentos regulamentados pela legislação em vigor e cujos processos podem ser consultados no Setor de Educação;
- compete à Câmara Municipal de Alcochete promover os auxílios económicos destinados a comparticipar as despesas escolares do(a) aluno(a) no que toca à sua frequência das aulas, nomeadamente, quanto à aquisição de almoços, pequenos-almoços e lanches, material escolar e visitas de estudo.

Neste sentido, em sequência do anteriormente exposto, propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal de Alcochete da atribuição de Ação Social Escolar (ASE), para o ano letivo de 2024/2025, no escalão A a 195 alunos(as) e no escalão B a 175 alunos(as) que frequentam a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico público.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte informação:

Reunião de 2024.09.11

Ata n.º 16

- Certificação Legal de Contas – Informação sobre a Situação Económica e Financeira reportada a 30 de junho de 2024, em anexo, como **Doc. 3**.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que esta informação só diz respeito a 6 meses, contudo afirmou que este semestre evidencia um saldo negativo de €-1.368.000,00. A autarquia em 2023 fechou as contas com um saldo negativo de €-3.000.000,00.

O senhor presidente clarificou que desde 2017 até ao presente momento o executivo apresentou em 2 anos resultados líquidos negativos. Num ano, devidamente fundamentado e que assentava num conjunto de amortizações que não eram feitas há muitos anos, onde no ponto de vista contabilístico acabou por interferir no resultado líquido do exercício da atividade da câmara. Noutro ano, em 2023 as contas fecharam-se com um resultado negativo de cerca de €-3.000.000,00.

O senhor vereador Jorge Giro acrescentou que o primeiro semestre de 2024 continua na mesma média negativa, tendo em conta que em 6 meses há cerca de €-1.300.000,00, contudo só no final do ano é que as contas serão fechadas.

Continuou afirmando que é do conhecimento geral que a câmara municipal vive essencialmente à custa dos impostos relacionados com o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis, IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), com as licenças de obras, porque se se tiver de aguardar pelas verbas que o Estado transfere, entre outras receitas, praticamente o município não tem orçamento que faça face aos custos.

Referiu que também existe a incerteza relativa ao IMI e ao IMT, porque quando a construção baixa, como já aconteceu, embora atualmente existam algumas urbanizações a serem construídas, é necessário que as mesmas sejam vendidas para que se possa obter as devidas receitas para o município.

Concluiu afirmando que a equipa que avaliou as contas da autarquia, alerta sobre o saldo negativo e que atualmente a receita corrente bruta não cobre as despesas.

O senhor presidente partilhou que conhece as contas, em 7 anos como presidente da Câmara Municipal de Alcochete, orgulha-se de apresentar contas com rigor e transparência, mesmo estando no momento com saldo negativo, ou inclusive no encerramento das contas de 2023 com um saldo negativo de €-3.000.000,00, o qual foi alvo de escrutínio de análise e votação, quer na câmara municipal, quer na assembleia municipal, onde teve o cuidado de referir que esse resultado não colocava em risco o equilíbrio financeiro da câmara, cujo resultado ainda descendia de algumas amortizações efetuadas, tendo indicado que os ROC (Revisor Oficial de Contas), relatam que os montantes apurados no encerramento de contas serão equilibrados e cobertos com o saldo de gerência e que se irá traduzir numa diferença significativa.

A senhora Dr.^a Cláudia Santos, chefe da Divisão de Administração e de Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Alcochete, por solicitação do senhor presidente prestou esclarecimentos complementares.

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte informação:

- Sessões Informativas sobre “Direitos Sociais”

«O Setor de Ação Social da Câmara Municipal de Alcochete, no âmbito da sua missão, tem dinamizado sessões informativas sobre direitos e apoios sociais com o objetivo de esclarecer e apoiar a população.

Neste sentido, foram já realizadas 2 sessões informativas sobre o Complemento Solidário para Idosos (CSI) para reformados do Samouco e Alcochete, nos dias 17 e 18 de junho respetivamente, que envolveram 30 pessoas. Nestas sessões foram abordadas as principais alterações a esta medida bem como a forma de acesso à mesma e esclarecidas as questões apresentadas pelas pessoas.

Para o próximo mês de outubro está prevista a realização de sessões de esclarecimento sobre os Programas de Apoio à Habitação nas seguintes datas:

Sessão na Junta de Freguesia de Alcochete:

- Dia 25/10/2024 pelas 15:00, no Salão Nobre da Junta Freguesia de Alcochete;

Sessão na Junta de Freguesia de São Francisco:

- Dia 29/10/2024 pelas 15:00, no Salão Nobre da Junta Freguesia de São Francisco;

Sessão na Junta de Freguesia de Samouco:

- Dia 30/10/2024 pelas 15:00, no Salão Nobre da Junta Freguesia do Samouco.»

A Câmara tomou conhecimento.

Seguidamente o senhor presidente partilhou a seguinte reflexão:

«Faz hoje 23 anos que um dos maiores atos terroristas de sempre aconteceu nos Estados Unidos da América, morreram 3000 pessoas na destruição de aquilo que foram as Torres Gémeas, o *World Trade Center* em Nova Iorque. Houve no mesmo dia um outro atentado no Pentágono em Washington e ainda uma tentativa na Pensilvânia.

Atos terroristas que na altura foram condenados, mas que não foram esquecidos e que importa 23 anos depois, recordarmos o quão é bom vivermos em comunidade, o quão é bom sermos felizes perante as dificuldades que a vida nos proporciona e não estarmos à mercê de mercenários que fazem da vida dos outros aquilo que é a sua própria vida e, portanto, hoje termino esta reunião de câmara deixando, nomeadamente, ao nosso povo de Alcochete que está radicado em Newark, que viveu com particular percalço, com preocupação acrescida, com medo, com receio, estes atentados de há 23 anos, um abraço de solidariedade para que a memória não se perca daquilo que é a atitude do homem, seja ele preto, branco, amarelo.

O ser humano é aquilo que nós nos apresentamos aqui, homens e mulheres de um povo que se quer diferente, renovado, mas que para isso todos temos de contribuir e recordar aquilo que de menos positivo, outrora os tempos de antigamente nos trouxeram e que

importa recordar e prestar essa homenagem às famílias daqueles que perderam a sua vida e que nada tinham a ver com estas questões políticas, territoriais ou religiosas.»

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:40 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.